

A audiodescrição associada à elaboração de itens para as avaliações em larga escala

Kelly Scoralick¹

Professora do UniAcademia e pesquisadora
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
kellyscoralick@uniacademia.edu.br

Mayra Moreira de Oliveira²

Supervisora da Equipe de Instrumentos de Avaliação do CAEd/UFJF
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
mayra.moreira@fundacaocaed.org.br

Ana Paula Romero Andrade³

Supervisora da Equipe de Design e Audiovisual do CAEd/UFJF
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
ana.andrade@fundacaocaed.org.br

Resumo

A pesquisa surge a partir das inquietações sobre o uso da audiodescrição associada, especificamente, aos conteúdos de Língua Portuguesa referentes aos anos iniciais em testes de avaliações em larga escala. Busca compreender como a descrição das imagens contidas nos itens das avaliações permitem a construção da imagem mental pelos estudantes com deficiência visual nos conteúdos de Língua Portuguesa. Através de uma análise qualitativa por meio dos itens selecionados e observação direta intensiva, foram localizadas questões com figuras simples que o uso da AD pode dar a resposta ou mesmo fazer uma descrição que possa fazer a interpretação ficar confusa ou cansativa; e outras em que não há imagens, mas a compreensão da tarefa requer uma percepção visual. Conclui-se que a falta da AD ou o uso inadequado do recurso pode levar à subestimação das habilidades dos estudantes com deficiência visual.

Palavras-chave: audiodescrição; deficiência visual; avaliação em larga escala; item; equidade.

1 Introdução

A educação de estudantes com deficiência constitui-se como um dos desafios que mais tem marcado os caminhos traçados para a adoção de uma escola para todos no Brasil. São muitos os entraves e de diferentes naturezas. Um dos marcos pelo direto à educação desses estudantes, com igualdade de oportunidades, sem que ocorra preconceitos de quaisquer natureza ou forma de discriminação, foi a adoção da Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Prevê que a educação deve ser efetivada em sistema educacional inclusivo, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

¹ A autora agradece às pessoas que a ajudaram. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – Fundação CAEd, por meio da Chamada Pública nº 004/2024.

² A autora agradece às pessoas que a ajudaram.

³ A autora agradece às pessoas que a ajudaram.

A Política Nacional (BRASIL, 2008) definiu ainda o público-alvo de atendimento da educação especial em três grupos: estudantes com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e estudantes com altas habilidades/superdotação. Assim, é cada vez mais notório o avanço das matrículas dos estudantes apoiados pela Educação Especial no sistema regular de ensino. Dados do Censo Escolar 2024 (INEP, 2025) apontam que o número de estudantes público-alvo da Educação Especial chegou a 2,1 milhões de estudantes em meio a 47,1 milhões de matrículas nas escolas de educação básica.

A escola inclusiva pressupõe o reconhecimento e o respeito pela individualidade desses sujeitos. Tal condição está prevista no direito à Educação protegido pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 1995, p.11): “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”.

As avaliações em larga escala são, segundo Werle (2010), procedimentos amplos e extensivos. Abrange diferentes modalidades de avaliação e “na maior parte das vezes, é voltada predominantemente para o foco de aprendizagem dos estudantes e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema” (2010, p.22). Desse modo, se a avaliação permite obter dados sobre o desempenho dos estudantes, é preciso atentar-se para a presença dos estudantes que são público-alvo de atendimento da Educação Especial e que também estarão realizando tais avaliações. Como vimos, esses estudantes necessitam de recursos de acessibilidade para eliminação de possíveis barreiras nos testes a serem aplicados. Para os estudantes com deficiência visual, de acordo com Sonza e colaboradores (2013), os recursos a serem utilizados são: materiais táteis, escrita braille, materiais ampliados impressos e audiodescrição. Para os estudantes surdos, a indicação é dos materiais traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Sendo assim, esta pesquisa surge a partir das inquietações sobre o uso da audiodescrição associada, especificamente, aos conteúdos de Língua Portuguesa, referentes aos anos iniciais, nas avaliações em larga escala. Mas o que é a audiodescrição (AD)?

É uma tradução intersemiótica de imagens dinâmicas (em filmes, vídeos, documentários, espetáculos, programas de televisão e eventos), estáticas (em livros, jornais, sites, redes sociais, catálogos e outras mídias) e animadas (*gifs* e outras imagens digitais em movimento), em palavras. Transforma o visual em verbal. (MOTTA, 2015, p. 57-58).

A audiodescrição associada aos itens para avaliações em larga escala é, portanto, uma AD de imagem estática, podendo ser: desenho, pintura, gravura, fotografia, gráfico,

mapa, charge, tirinhas, quadrinhos e outros. Assim, a pesquisa em andamento tem como objetivo entender as necessidades educacionais desses estudantes, compreender como a descrição leva à construção da imagem mental dos itens pelos estudantes e refletir sobre a prática de elaboração dos conteúdos nos instrumentos de avaliação educacional para avaliações em larga escala associada ao uso da AD.

2 Metodologia

Através de uma análise qualitativa por meio dos itens apresentados, começamos a esmiuçar um panorama. A observação se baseou na construção direta intensiva, que utiliza da coleta de dados para extrair informações em prol de determinar aspectos sociais, como apresenta Marconi e Lakatos (2003, p.191). “A observação [...] obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.”

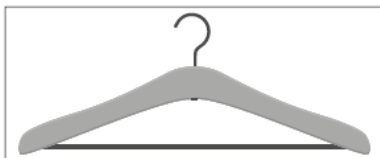
Foram analisados itens públicos de avaliações formativas elaborados para a disciplina de Língua Portuguesa referentes aos anos iniciais, englobando 2º, 3º e 4º anos. Para cada uma das questões foram percorridas as possibilidades de aplicação e organização da audiodescrição das imagens estáticas. Em seguida, refletiu-se de que forma a descrição de tais imagens facilitaria ou dificultaria a construção da imagem mental pelo estudante com deficiência visual. Questionou-se ainda se tal descrição não permitiria que o estudante obtivesse a resposta do item ou mesmo se o uso da audiodescrição não promoveria um cansaço exagerado ao estudante na realização da prova. Por fim, debateu-se o caráter pedagógico, se o item associado ao uso da audiodescrição avaliava, de fato, as competências e habilidades esperadas pelos estudantes no entendimento da Língua Portuguesa. Importante ressaltar que as avaliações são preparadas em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BNCC, online) que estabelece um conjunto de habilidades essenciais para cada etapa do ensino.

3 Resultados

Apresentamos as primeiras inquietações encontradas na pesquisa sobre a audiodescrição associada à elaboração de itens para avaliações em larga escala. Como primeiro exemplo, temos um item que apresenta uma figura simples, como, por exemplo, um cabide (FIGURA 01), e o enunciado questiona qual o nome da figura, trazendo opções de palavras nas alternativas.

FIGURA 01 – Item com figura simples

13) (P031900H8) **Veja a figura abaixo.**



Qual é o nome dessa figura?

A PAREDE

B GABINETE

C CAVIDADE

D CABIDE

Fonte: itens públicos de avaliações formativas

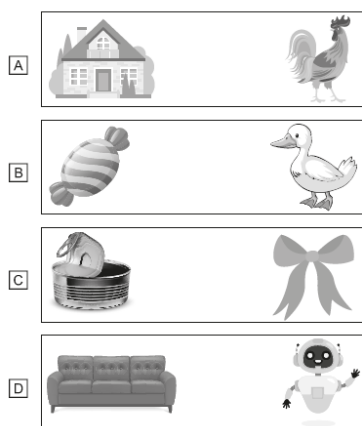
O item em questão avalia a habilidade de “Ler palavras formadas por sílabas canônicas”. Neste caso, a descrição da imagem oferta a resposta sobre qual figura está representada ou, para evitar que fique muito óbvio, a AD pode trazer uma descrição da imagem sem dizer o seu nome.

O segundo exemplo traz um item que apresenta pares de figuras (FIGURA 02) e os nomes dessas figuras são apresentados aos estudantes no comando para aplicação do item e nas alternativas são apresentadas, em pares, as imagens dessas figuras. A habilidade avaliada é “Identificar sílabas de uma palavra”. Para resolver o item, o estudante precisa identificar qual par de figuras começa com a mesma sílaba.

FIGURA 02 – Item com pares de figuras

07) (P021133H9) **VEJA AS FIGURAS: CASA, GALO, BALA, PATO, LATA, LAÇO, SOFÁ, ROBO.**

MARQUE A ALTERNATIVA ONDE OS NOMES DAS FIGURAS COMEÇAM COM A MESMA SÍLABA (PEDAÇO).




Fonte: itens públicos de avaliações formativas


Neste caso, temos um exemplo em que a AD pode promover cansaço ao estudante, já que as alternativas apresentam as imagens a serem descritas, e não as palavras.

É importante destacar que nessas avaliações existem itens que apresentam um texto e são avaliadas habilidades relacionadas à leitura desses textos. São, portanto, itens que não precisam da AD por não apresentarem nenhum tipo de imagem estática. O estudante consegue, por exemplo, resolver itens que avaliam a habilidade de “Localizar informação explícita” quando se trata de textos sem imagem.

Porém, há questões em que não há imagem estática, mas a compreensão da tarefa requer uma percepção visual. É o caso do item em que é solicitado ao estudante para marcar a alternativa em que a palavra apresentada no suporte está escrita de uma forma – em caixa baixa - e nas alternativas está escrita de outra forma – em caixa alta (FIGURA 03).

FIGURA 03 – Item sem imagem estática

 01) (P02086817) **VEJA A PALAVRA ABAIXO.**

 **MARQUE A ALTERNATIVA ONDE APARECE A PALAVRA QUE VOCÊ VIU ESCRITA DE OUTRA FORMA.**

<input type="checkbox"/> A BODE	<input type="checkbox"/> B CONE
<input type="checkbox"/> C DOCE	<input type="checkbox"/> D FOME

Fonte: itens públicos de avaliações formativas

A habilidade avaliada é “Reconhecer as diferentes formas de grafar uma mesma letra ou palavra”.

3.1 Discussão

Os exemplos acima demonstram que alguns itens atrelados a habilidades específicas podem não funcionar tão adequadamente para aferição da habilidade quando é feita somente a associação ao recurso de audiodescrição.

Para o primeiro exemplo apresentado com AD, acreditamos que o melhor recurso seria a aplicação do item por meio do material impresso em braille com associação à imagem audiodescrita. No segundo exemplo, talvez fosse interessante a representação da figura em relevo para evitar que o uso da AD torne a aplicação do item, com as alternativas apresentadas, extensa e exaustiva. Já no último exemplo a indicação seria apresentar o item somente com o recurso de impressão em braille. Talvez a audiodescrição não seja tão indicada para esse tipo de item, pois é possível que não permita a avaliação, com equidade, do aprendizado destes estudantes em relação à habilidade avaliada.

4 Conclusões e Considerações Finais

Os primeiros levantamentos forneceram indicadores importantes para a construção dos itens referentes aos anos iniciais em avaliações de larga escala. A possível oferta das avaliações para os estudantes com deficiência visual em formatos diversos, tais como fonte ampliada, escrita braille e audiodescrição, nem sempre irá avaliar as habilidades esperadas, em especial, para os anos iniciais.

A assertividade no uso do recurso de acessibilidade na avaliação é uma questão de equidade, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades justas de demonstrar seus conhecimentos e habilidades. A falta do recurso de acessibilidade ou seu uso inadequado pode levar à exclusão de estudantes e à subestimação de suas competências.

Entende-se que tais práticas irão qualificar as atividades-fim na elaboração de instrumentos de avaliação na educação básica, indo ao encontro de uma educação inclusiva, com inovação, equidade, em prol de um ensino de qualidade.

5 Referências

BNCC. Base Nacional Comum, online. Documento de caráter normativo. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. p. 2.

INEP. Censo Escolar 2024. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2025, 60 p. Disponível em: <https://s4.static.brasilecola.uol.com.br/be/2025/04/dados-censo-escolar-2024.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, L. M.V. Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2015.

SONZA, A. P. (org.). Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

WERLE, F. O. C. Sistemas de avaliação de educação básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação. In: WERLE, F. O. C. (org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola.** São Leopoldo, MG: Oikos; Brasília, DF: Liber Livros, 2010, p. 21-36.